

MUROS E PONTES: IMPRENSA E MAGISTRATURA: tentações, armadilhas e atalhos para o entendimento

Márcio Chaer

Jornalista e Editor da revista eletrônica Consultor Jurídico

Todo grande problema tem uma solução simples e fácil. Que não funciona. Não sei bem de quem é a frase. Mas às vezes, para alguns casos, ela é correta. Às vezes a polícia funciona. Às vezes a imprensa acerta e às vezes a Justiça faz justiça e as leis até ajudam em vez de atrapalhar.

A abertura azeda deste artigo é um convite à reflexão. Uma tentativa leal de encarar os fatos como eles são e não da forma enfeitada que costumamos apresentá-los em textos formais. Essa mania de discurso onde se separa o bem e o mal, os mocinhos e os bandidos, as autoridades e os marginais não parece estar indo muito bem. No plano virtual acredita-se no *vox populi, vox dei*. Todo mundo é vítima e não tem culpa alguma pelo que faz. Nós estamos sempre certos (e eles errados). E por aí vai.

Recebo extratos do que se conversa em uma lista de discussão de juízes e o que tem ali? Boa parte das manifestações pode ser traduzida na frase “coitadinhos de nós” ou “ninguém entende as dificuldades que passamos”. Vou a um encontro de jornalistas e o que ouço? Frases como “os malfeitores e o poder econômico querem acabar com nossa independência”, ou: “Só com liberdade absoluta de ação poderemos cumprir nosso papel”. Na verdade, os anseios e queixas de juízes e repórteres parecem serem os mesmos. De onde vem a pergunta: por que tantas trombadas entre os dois grupos?

No capítulo do discurso formal, imprensa e judiciário são nobres missões que atuam em favor do interesse público. Jornalistas e juízes vestem

sua farda de defensores da sociedade e, a golpes de letras, saem fazendo justiça e apenando os maus para proteger os bons.

Na prática, muitas vezes se faz o contrário. Despreparo, incapacidade e precariedades, quase sempre, um pouco de má-fé (às vezes), acabam gerando injustiças e crueldades.

Nos últimos anos, o TRF da 5ª Região tem promovido encontros com a imprensa no auditório da Corte. Comparecem lá muitos estudantes, mas, exceto os que compõem a mesa, poucos (muito poucos) jornalistas e juizes. Uns e outros criticam-se asperamente com toda a convicção que têm os donos da verdade. Mas quando surge a oportunidade, dão-se as costas. Acontece a mesma coisa em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Brasília.

Lembro de uma palestra da qual participei para jornalistas do jornal O Globo no Rio. Antes de começar o evento, informei ao ministro Carlos Alberto Direito, do STJ, que eu pretendia falar bastante francamente e que ele ficasse à vontade para me interromper caso discordasse de algo. O ministro Direito, como se sabe, é uma sumidade em Responsabilidade Civil. Um juiz notável. Contudo, ao iniciar os trabalhos, ele pediu para ser o primeiro a palestrar. Recitou um longo histórico sobre a formação dos conceitos do dano moral. Terminou, pediu desculpas alegando um compromisso de última hora e foi-se embora.

Fiquei naquela situação de criança travessa que fez arte e fica com medo de ser descoberto. Senti-me culpado pelo fato de o ilustre convidado ter batido em retirada. Uma bobagem, claro. Ele deixou o evento porque certamente gosta das opiniões que tem sobre a imprensa (e não são nada boas, como sabem os advogados que acompanham os julgamentos do STJ). Ele quis se poupar do desgaste de ouvir idéias que ele não aprecia.

Em outra ocasião, na platéia da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero ouvi coceira nos ossos uma palestra do então desembargador Cezar Peluso. A opinião manifestada por Sua Excelência sobre a imprensa brasileira, genericamente, foi a pior possível. À mesa, um diretor da TV Bandeirantes e outro da Editora Abril (Eugenio Bucci, que depois iria presidir a Radiobrás). Para minha surpresa, os dois jornalistas dedicaram-se a malhar ainda mais a imprensa. Perderam a oportunidade de admitir as falhas mas explicar os motivos de tanta precariedade. Foi como ter fugido da mesa.

Não são poucas as falhas do jornalismo nacional (ou dos jornalismo, já que há uma diversidade). Até acho que iria bem uma hora dessas criar uma CPI da Imprensa, assim como já houve do Judiciário. Mas não é essa a questão.

O que falta a esses dois poderosos seguimentos é sair no braço. No bom sentido, claro. O que não funciona, porque nunca funcionou, é fazer de conta que está tudo bem, quando não está. Há casos de juiz que condena

jornalista em retaliação por mágoas desconectadas da causa em questão. E, evidente, jornalistas que se vingam de condenações (justas, até) com ataques despropositados pela imprensa. Aonde isso leva?

Juízes que lêem notícias erradas, falham quando não erguem a voz para corrigir. Jornalistas que querem escrever contra juízes ou tribunais devem ter a coragem de conferir e checar a validade de seu “julgamento” com os próprios. Atirar pedras e sair correndo não é rima nem solução. Se ninguém tomar a iniciativa, juízes e jornalistas estarão condenados à separação por muros em vez de pontes.

